

CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS AVANÇADAS

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Mestrado em Gestão das Organizações

Código: 9292173

Área Científica Predominante: Contabilidade Pública

Docente: Agostinha Patrícia da Silva Gomes

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 102h

ECTS: 6,0

Objetivos

Com o módulo de Contabilidade Pública Avançada pretende-se que os estudantes compreendam o papel da contabilidade no contexto das AP e a sua importância na promoção de uma maior transparência e sustentabilidade de longo prazo. Para além de compreender o contexto internacional que determina as mudanças da contabilidade pública em Portugal, pretende-se com esta UC que os estudantes dominem os principais aspetos diferenciadores e compreendam e interpretem o impacto dos eventos e acontecimentos das organizações públicas. No módulo de finanças públicas avançadas os objectivos fundamentais consistem em: (1) Analisar e compreender as diferentes abordagens das Finanças Públicas, como consequência das diferentes concepções de Estado, nas economias mistas das sociedades democráticas ocidentais; (2) Analisar e exemplificar os principais meios financeiros de actuação do Estado, do lado da despesa assim como da arrecadação de receitas e das formas de endividamento e (3) Analisar e dominar a realidade institucional e financeira do sector público administrativo.

Resultados da Aprendizagem

Pretende-se com esta unidade curricular obter os seguintes conhecimentos/competências:

- Compreender o papel da contabilidade no contexto das Administrações Públicas e as principais reformas e mudanças no contexto nacional e internacional, nomeadamente o referencial das IPSAS e da base do accrual accounting e sua influência no normativo nacional.
- Estudar os aspetos diferenciadores da contabilidade pública e o seu impacto na estrutura conceptual e nos utilizadores da informação;
- Identificar e compreender o conjunto de demonstrações financeiras e orçamentais;
- Estudar o papel do orçamento enquanto instrumento de gestão pública;
- Analisar as demonstrações financeiras e orçamentais e interpretar o impacto dos eventos contabilísticos no desempenho financeiro e orçamental das entidades públicas.
- Compreender e discutir aspetos problemáticos da contabilização de algumas operações;
- Compreender e analisar a atuação do Estado por razões de eficiência e equidade no domínio das receitas e das

despesas públicas.

- Compreender e analisar a estrutura do Sector Público.
- Analisar e resolver estudos de caso de finanças públicas.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO CONTABILIDADE PÚBLICA AVANÇADA

Capítulo I: Reformas da contabilidade pública no contexto nacional e internacional

- 1.1 Enquadramento da contabilidade pública na New Public Management
- 1.2 Evolução da contabilidade Pública no contexto internacional
- 1.3 Mudanças do sistema de contabilidade pública no contexto nacional
- 1.4 Abordagens e perspetivas de investigação em contabilidade pública

Capítulo II: Aspetos diferenciadores da informação financeira para as Administrações Públicas

- 2.1 Aspetos diferenciadores do setor público
- 2.2 Estrutura conceptual e utilizadores da informação
- 2.3 Conjunto completo de demonstrações financeiras (NCP1)
- 2.4 O reporting integrado na Administração Pública

Capítulo III: Gestão e reporting orçamental

- 3.1 O orçamento como instrumento de política e gestão pública
- 3.2 Circuito orçamental e sua contabilização– NCP 26
- 3.3 Conjunto completo de demonstrações orçamentais
- 3.4 O orçamento participativo

Capítulo IV: Análise e interpretação das Demonstrações Financeiras e Orçamentais

- 3.1 Análise e interpretação das Demonstrações Financeiras (NCP 1)
- 3.2 Análise e interpretação das Demonstrações Orçamentais (NCP26)
- 3.3 Indicadores de desempenho financeiro e orçamental
- 3.4 Casos práticos tendo por base o anuário financeiro dos municípios portugueses

MÓDULO FINANÇAS PÚBLICAS AVANÇADAS

CAPÍTULO I: Finanças Públicas e o papel do Estado

1.1 Finanças públicas em democracia

1.2 Teorias sobre o papel do Estado

CAPÍTULO II: As Despesas Públicas

2.1. Enquadramento geral

2.2. Despesas públicas e eficiência

2.3. Despesas públicas e equidade

CAPÍTULO III: As Receitas Públicas

3.1 Enquadramento geral

3.2. Estrutura e importância das receitas públicas

3.2 Receitas públicas e equidade

3.4 Receitas públicas e eficiência

CAPÍTULO IV: O Sector Público Administrativo em Portugal

4.1 Estrutura e Competências

4.2 As Contas do SPA e os saldos orçamentais

Bibliografia Recomendada

- Brusca, I., Caperchione, E., Cohen, S. C. e Manes-Rossi, F. (2015). Public sector accounting and auditing in Europe: The challenge of harmonization. London: Palgrave Macmillan.
- Budding, T. e van Helden, J. (2022). Politicians' use of accounting information. Editorial: Unraveling politicians' use and non-use of accounting information, *Public Money Management*, 42:3, 137-139, DOI:10.1080/09540962.2022.2028467
- Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
- Gomes, P., Brusca, I, Fernandes, M. J. e Montesinos, V. (2021). Comparative Analysis Between Portugal and Spain. In I. Brusca et al. (eds.), *Challenges in the Adoption of International Public Sector Accounting Standards*,

Public Sector Financial Management, Palgrave Macmillan. doi:10.1007/978-3-030-63125-3_5.

- Gomes, P., Fernandes, M. J. e Carvalho, J. B. (2015). The International Harmonization Process of Public Sector Accounting in Portugal: The Perspective of Different Stakeholders. *International Journal of Public Administration*, 38(4), 268-281. doi:10.1080/01900692.2015.1001237
- Guthrie, J.; Manes-Rossi, F. e Orelli, R.L. (2017). Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organisations. *Meditari Accountancy Research*, 25 (4), 553-573.
- Jorge, S., Brusca, I. e Nogueira, S. P. (2019). Translating IPSAS into National Standards: Na illustrative comparison between Spain and Portugal. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 21(5), 445-462. doi:10.1080/13876988.2019.1579976
- Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, aprova a Lei de enquadramento orçamental.
- Manual de Implementação (versão 2 - 2017) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas –. Comissão de Normalização Contabilística.
- Rowan, Jones. (2010). *Public Sector Accounting (6th Edition)*. Pearson Education Canada; (June 8, 2010);
- Rua, S., Carvalho, J.C.. *Contabilidade Pública – Estrutura Conceptual*. Publisher Team, Lisboa, 2006.
- Viana, L.C.; Rodrigues, L.; Nunes, A.V. *O Sistema de Normalização Contabilística - Administrações Públicas - Teoria e Prática*. Almedina, 2016.
- Franco, António L. Sousa, 2002, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 4.ª Edição, Almedina, Coimbra.
- Pereira, Paulo Trigo et al., 2007, *Economia e Finanças Públicas*, Escolar Editora, 2.ª edição.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Contabilidade Pública Avançada

O primeiro capítulo permitirá compreender o papel da contabilidade no contexto das Administrações Públicas e as principais reformas e mudanças no contexto nacional e internacional, nomeadamente o referencial das IPSAS e da base do accrual accounting e sua influência no normativo nacional. No capítulo 2 serão enfatizados os aspetos diferenciadores da contabilidade pública face ao setor privado bem como, a estrutura conceptual e os utilizadores da informação. Neste capítulo os estudantes terão ainda de compreender a estrutura das demonstrações financeiras à luz da NCP 1, sendo ainda explorada a importância do reporting integrado.

No capítulo 3 os estudantes deverão compreender o papel do orçamento enquanto instrumento de gestão pública, identificando o circuito orçamental e principais operações contabilísticas, sendo ainda explorado o conjunto de demonstrações orçamentais. No capítulo 4 os estudantes adquirem uma dimensão mais abrangente sobre o uso da informação ao analisarem as demonstrações financeiras e orçamentais e interpretarem o impacto dos eventos contabilísticos no desempenho financeiro e orçamental das entidades públicas. De forma transversal nos diferentes capítulos, serão desenvolvidas competências de pesquisa que promovam a capacidade de reflexão e discussão dos temas, de forma crítica e construtiva, que culmina com a escrita de um trabalho individual com características científicas.

Finanças Públicas Avançadas

O primeiro capítulo permitirá compreender o papel das finanças públicas e sua ligação com as funções do Estado. No capítulo 2 serão realçados os contributos das despesas públicas para a promoção do bem estar da população. No capítulo 3, analisam-se as diferentes receitas e o sistema fiscal em Portugal. No capítulo 4 os estudantes adquirem conhecimentos relativamente à orgânica das administrações públicas.

Métodos de Avaliação

Avaliação contínua:

O sistema de avaliação será baseado num modelo de avaliação contínua, composto pelos seguintes elementos:

Contabilidade Pública Avançada

- Participação nas atividades definidas para a UC (aulas, trabalhos, fóruns etc.): ponderação de 10%;
- Apresentação dos objetivos, planeamento e método do trabalho e resultados esperados – 20% (em data a definir).
- Relatório do trabalho final: 70% (data de entrega a definir).

A classificação final é a que resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$NF = a) * 10\% + b) * 20\% + c) * 70\%$$

Os estudantes devem ter uma classificação mínima de 10 10 valores para obterem aprovação ao módulo.

Finanças Públicas Avançadas

A avaliação é constituída por um trabalho individual a entregar em data a definir e com ponderação de 100%. Os estudantes devem ter nota mínima de 10 valores para obterem aprovação ao módulo.

Avaliação em Época de Exames:

Contabilidade Pública Avançada

Os estudantes que não obtenham aprovação através da avaliação contínua terão de se submeter a avaliação, através de um trabalho a entregar até à data definida no calendário da época de exames do 2º semestre. Neste caso, os estudantes mantêm a nota obtida nas alíneas a) e b) na avaliação contínua. Caso não tenham sido classificados nas alíneas a) e b) durante a avaliação contínua, o relatório do trabalho final tem uma ponderação de 80% e apresentação do trabalho tem uma ponderação de 20%.

Na época especial o trabalho final tem a ponderação de 100%.

Finanças Públicas Avançadas

A avaliação é constituída por um trabalho individual a entregar em data a definir e com ponderação de 100%. Os

estudantes devem ter nota mínima de 10 valores para obterem aprovação ao módulo.